

As dinâmicas de expulsão no Reassentamento Mirindiba (Araguaína/TO): um estudo sobre o deslocamento forçado à luz de Saskia Sassen

 Graciany Costa dos Reis¹,  José André Guedes Soares²,  Letícia Almeida Nascimento³

¹ Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT. Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire). Avenida Paraguai, Bairro da Cimba. Araguaína – TO. Brasil. ² Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT. ³ Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT.

Autor para correspondência/Author for correspondence: graciany.reis@ufnt.edu.br

RESUMO. O artigo examina as consequências do deslocamento forçado dos moradores da Ilha de São José, em Tocantins, devido à construção da Usina Hidrelétrica de Estreito. Fundamentado na teoria das "expulsões" de Saskia Sassen, o estudo analisa como o processo de realocação dos moradores no assentamento Mirindiba intensificou vulnerabilidades pré-existentes, desmantelando redes sociais e econômicas essenciais para essas comunidades. A pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória revela que o deslocamento não apenas resultou na perda de terras, mas também agravou a marginalização social e fragmentou as relações comunitárias. O estudo destaca a priorização dos interesses corporativos sobre as necessidades das populações locais, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. Os autores concluem que políticas públicas futuras devem proteger os direitos e a integridade das populações afetadas por grandes empreendimentos, a fim de evitar a perpetuação dessas vulnerabilidades e exclusão social.

Palavras-chave: expulsões, expropriação, vulnerabilidade.

The dynamics of expulsion in the Mirindiba Resettlement (Araguaína/TO): a study on forced displacement in the light of Saskia Sassen

ABSTRACT. The article examines the consequences of the forced displacement of the residents of São José Island, in Tocantins, due to the construction of the Estreito Hydroelectric Power Plant. Based on Saskia Sassen's theory of “expulsions”, the study analyzes how the process of relocating residents in the Mirindiba settlement intensified pre-existing vulnerabilities, dismantling essential social and economic networks for these communities. The qualitative, descriptive and exploratory research reveals that the displacement not only resulted in the loss of land, but also aggravated social marginalization and fragmented community relations. The study highlights the prioritization of corporate interests over the needs of local populations, perpetuating cycles of poverty and exclusion. The authors conclude that future public policies must protect the rights and integrity of populations affected by large developments in order to avoid perpetuating these vulnerabilities and social exclusion.

Keywords: expulsions, expropriation, vulnerability.

La dinámica de la expulsión en el Reasentamiento de Mirindiba (Araguaína/TO): un estudio sobre el desplazamiento forzado a la luz de Saskia Sassen

RESUMEN. El artículo examina las consecuencias del desplazamiento forzoso de los residentes de la isla de São José, en Tocantins, debido a la construcción de la Central Hidroeléctrica de Estreito. Basándose en la teoría de las «expulsiones» de Saskia Sassen, el estudio analiza cómo el proceso de reubicación de los residentes en el asentamiento de Mirindiba intensificó las vulnerabilidades preexistentes, desmantelando redes sociales y económicas esenciales para estas comunidades. La investigación cualitativa, descriptiva y exploratoria revela que el desplazamiento no sólo supuso la pérdida de tierras, sino que también agravó la marginación social y fragmentó las relaciones comunitarias. El estudio pone de relieve la priorización de los intereses empresariales sobre las necesidades de las poblaciones locales, lo que perpetúa los ciclos de pobreza y exclusión. Los autores concluyen que las futuras políticas públicas deben proteger los derechos y la integridad de las poblaciones afectadas por las grandes urbanizaciones para evitar que se perpetúen estas vulnerabilidades y la exclusión social.

Palabras clave: expulsiones, expropiación, vulnerabilidad.

Introdução

Este artigo resulta dos estudos conduzidos no âmbito da disciplina de Estudos de Vulnerabilidades e Tecnologia Social, parte integrante do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). A pesquisa busca explorar as consequências sociais e econômicas da desapropriação compulsória dos moradores das margens do rio Tocantins, evento precipitado pela formação do lago decorrente da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE Estreito). Com base na teoria das “expulsões” de Saskia Sassen, o estudo pretende examinar como essas desapropriações refletem e exacerbam as vulnerabilidades preexistentes, revelando os complexos processos de marginalização e exclusão que caracterizam a dinâmica do reassentamento Mirindiba.

Com base nessas informações, o objetivo principal deste artigo é examinar a teoria das “expulsões” de Saskia Sassen, aplicando-a ao reassentamento Mirindiba, a fim de compreender como essa abordagem teórica pode iluminar os processos de deslocamento e marginalização resultantes da desapropriação compulsória das margens do rio Tocantins.

A teoria das “Expulsões” de Saskia Sassen é extremamente relevante para entendermos processos de deslocamentos forçados, como o ocorrido devido à construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE Estreito). No caso do reassentamento Mirindiba, essa teoria pode ajudar a explicar e a entender como a construção da UHE Estreito, além de deslocar fisicamente os moradores, os desvinculou de redes econômicas e sociais essenciais, agravando suas vulnerabilidades e perpetuando um ciclo contínuo de marginalização.

A metodologia utilizada neste estudo é qualitativa, descritiva e exploratória, pois permite uma análise mais aprofundada das complexas dinâmicas sociais que envolvem o reassentamento Mirindiba. De acordo com Triviños (1987), a pesquisa qualitativa é adequada para captar as nuances das experiências dos reassentados, enquanto a abordagem descritiva permite documentar e analisar as alterações nas condições de vida e vulnerabilidades agravadas pelo deslocamento. O caráter exploratório justifica-se pela necessidade de aprofundar um fenômeno ainda pouco estudado, oferecendo novas perspectivas teóricas, como as apresentadas por Sassen (2016), que considera a marginalização um efeito estrutural das dinâmicas de deslocamento forçado.

Os dados secundários usados nesta pesquisa incluem artigos e livros que tratam do processo histórico de construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, bem como os efeitos socioeconômicos de grandes projetos de infraestrutura. O livro de Saskia Sassen “Expulsões:

Brutalidade e Complexidade na Economia Global” (2016), fundamenta teoricamente o estudo ao explorar os processos de expulsão e marginalização em escala global, e o trabalho de Costa e Lira (2020), que analisa de forma detalhada o reassentamento Mirindiba e os efeitos causados pela criação da UHE Estreito sobre as comunidades afetadas. Além disso, outros estudos acadêmicos complementam a análise, como as pesquisas de Machado (2020) sobre os impactos socioambientais da UHE Estreito e Brito e Silva (2021), que tratam da ressignificação cultural e econômica das comunidades.

A estrutura deste artigo é composta da seguinte forma: uma introdução, com apresentação do problema e dos objetivos do estudo; um referencial teórico com análise que se divide em três partes: a) o contexto histórico da usina, discutindo o papel da Usina Hidrelétrica de Estreito no desenvolvimento energético do Brasil; b) Saskia Sassen e as dinâmicas de expulsão: um enfoque teórico que trata dos fundamentos das “expulsões”; e c) Reassentamento Mirindiba: aplicando a teoria das expulsões. Em suma; a seção de considerações finais que sintetiza os resultados, analisando as consequências das dinâmicas de marginalização vividas pelos reassentados e sugerindo direções para políticas públicas mais inclusivas. Por fim, as referências reúnem as fontes e contribuições bibliográficas que sustentam a análise e fundamentam a pesquisa.

Referencial teórica

Contexto histórico da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE)

A ascensão de Ernesto Geisel à presidência do Brasil (1975-1979) trouxe novas abordagens para o crescimento econômico do país. Geisel tinha como objetivo, implementar uma política econômica capaz de superar os atrasos nos setores mais estratégicos da economia, impulsionando assim o desenvolvimento industrial. Com essa visão, ele introduziu o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) durante seu governo, representando um esforço estatal para criar as condições internas necessárias à construção de uma estrutura industrial robusta, integrada verticalmente e com elevadas taxas de crescimento e lucratividade (Franca & Campos, 2022).

Para atingir esses objetivos, o plano previa investimentos governamentais diretos em metas específicas, abrangendo setores como transporte, energia, educação, indústrias básicas e, especialmente, o setor de produção de máquinas e equipamentos. No entanto, as dificuldades relacionadas ao financiamento e à tecnologia foram os primeiros desafios

estruturais a serem superados, levando o Estado a desenvolver uma dependência do capital internacional.

Conforme observado por Franca e Campos (2022), no contexto brasileiro, a ausência de um sistema de financiamento autônomo, capaz de fornecer os recursos necessários para a execução dos projetos delineados no II PND, bem como a incapacidade de desenvolver uma autonomia tecnológica que permitisse a instalação de indústrias no país, especialmente nos setores estratégicos, resultaram na dependência do sistema financeiro nacional em relação ao capital estrangeiro.

Assim, para implementar os projetos do II PND, enfrentando os desafios de financiamento e tecnologia, o Brasil teve que recorrer a empréstimos e investimentos de outros países, o que intensificou sua dependência econômica em relação ao capital externo. Além disso, de acordo com Manfredini (2015), outro problema enfrentado pelo governo da época, que também contribuiu para essa dependência, foi a “Crise do Petróleo”. Em outubro de 1973, ocorreu um aumento abrupto no preço do petróleo, quando os membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OAPEC) anunciaram um embargo nas vendas de petróleo após a guerra do Yom¹ Kippur (Silva, 2022). O preço médio do barril de petróleo, que era de US\$ 2,48 em 1972, subiu para US\$ 3,29 em 1973, e, no ano seguinte, esse valor quase quadruplicou, atingindo US\$ 11,58, o que fez o PIB do Brasil crescer 9%, enquanto a inflação disparou para 34,5% e a balança comercial apresentou um déficit.

Essa situação impactou severamente a economia brasileira, uma vez que na década de 1970, cerca de 80% da energia consumida no país provinha de fontes como carvão, lenha e petróleo, sendo que 80% do petróleo utilizado era importado. Diante disso, o aumento repentino no preço do petróleo desestabilizou a conjuntura macroeconômica do país, visto que o petróleo era um insumo crucial e insubstituível em curto prazo, o que implicou na necessidade de aumentar os investimentos para manter o ritmo acelerado de crescimento. (Manfredini, 2015).

Matos (2002) reforça essa visão, destacando que o choque do petróleo, no final de 1973, agravou a situação e elevou a taxa de inflação interna. Diante desse cenário desfavorável, o governo Geisel, por meio do II PND, passou a enfatizar os investimentos em energia hidrelétrica, com o objetivo de modificar a matriz energética nacional e reduzir a importação de petróleo. A participação da energia hidrelétrica no consumo total de energia primária no Brasil cresceu de 19% em 1973 para 25% em 1979, e para 29% em 1983. O consumo de eletricidade no total de energia consumida pelo setor industrial, que era de 31,8%

em 1973, passou para 38,2% em 1979 e 45,8% em 1983. A participação do óleo combustível nesses anos diminuiu de 30,2% para 27,4% e 14,4%, respectivamente. E no contexto da hidroeletricidade, o total da eletricidade consumida aumentou de 89% em 1973, para 94% em 1983 (Batista, 1987).

Esses dados evidenciam que o II PND buscou “dar um novo rumo ao desenvolvimento brasileiro, priorizando o aumento da capacidade energética” (Fonseca & Monteiro, 2008, p. 28). Segundo Franca e Campos (2022), como consequência dos desafios enfrentados com financiamento e tecnologia, especialmente exacerbados pela “Crise do Petróleo”, o Estado adotou uma estratégia baseada na divisão de responsabilidades, representada pelo conceito de “tripé de desenvolvimento”, que envolve a atuação do Estado, do capital internacional e do capital privado nacional dentro da economia brasileira, com o objetivo de orientar os campos de atuação da indústria.

Contudo, esse “tripé” acabou subordinando o planejamento econômico do Brasil às demandas do capital internacional, alinhando-se ao padrão global de acumulação. Embora isso tenha possibilitado a industrialização, inclusive em estágios avançados, também resultou na presença significativa de recursos estrangeiros em várias situações econômicas e políticas do Brasil, moldando uma nova forma de pensar o país e acarretando várias consequências, como a reprodução dos padrões de vida e das técnicas adotadas pelos países desenvolvidos (Franca & Campos, 2022).

Com o surgimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo, focado no crescimento econômico nacional, manteve a linha estabelecida durante o II PND, priorizando o aumento da capacidade energética por meio de investimentos estratégicos. Pode-se inferir que, após três décadas do II PND, o governo brasileiro implementou um novo plano cujas bases se assemelhavam bastante às concepções que originaram os PNDs anteriores (Pêgo & Neto, 2008).

O PAC foi implementado pelo governo Lula em janeiro de 2007, com o objetivo de acelerar o crescimento econômico, aumentar a geração de empregos e melhorar as condições de vida da população brasileira. O programa se baseava em três ações principais: estimular o investimento privado; ampliar o investimento público em infraestrutura; e eliminar barreiras burocráticas, administrativas, normativas, jurídicas e legislativas que impedissem o crescimento (Pêgo & Neto, 2008).

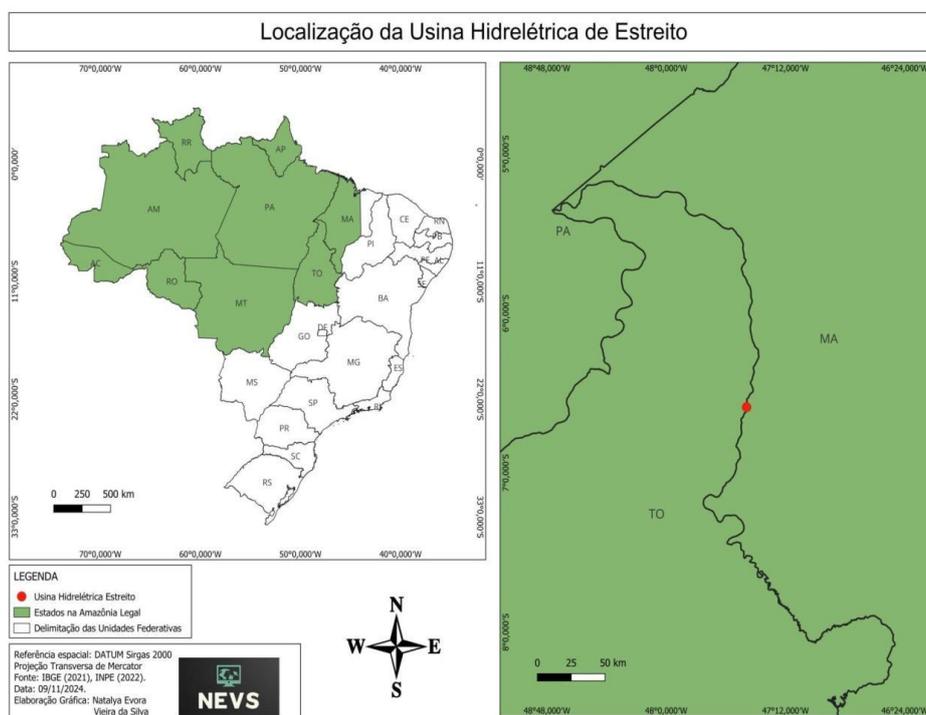
No campo do investimento público em infraestrutura, destacava-se a área energética, que incluía petróleo, gás natural, energia elétrica e combustíveis renováveis. A geração de

energia elétrica, como apontado por Jardim e Silva (2015), era uma das principais estratégias do PAC, e foi por meio deste programa que a UHE de Estreito se materializou.

O PAC previa investimentos de R\$78,4 bilhões para o setor elétrico, sendo R\$65,9 bilhões destinados à geração e R\$12,5 bilhões à transmissão. As metas de geração visavam aumentar a capacidade até 2010 em 12.386 MW. Entre os principais projetos, que totalizavam 5.617 MW (45,3% da meta de geração) e que estariam em operação até 2010, destacava-se a UHE Estreito, localizada na região Norte, no rio Tocantins, com capacidade instalada de 1.087 MW; além de outras UHEs, PCHs e UTEsⁱⁱ nas regiões Sudeste e Sul (Pêgo & Neto, 2008). Adiante, colocamos o mapa de localização geográfica do UHE Estreito.

O mapa apresentado a seguir (Figura 1) ilustra a localização da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE Estreito), situada no Estado do Tocantins, dentro dos limites da Amazônia Legal brasileira. A usina está estrategicamente posicionada no rio Tocantins, próxima à divisa com o Estado do Maranhão, em uma região de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica.

Figura 1- Localização geográfica da Usina Hidrelétrica de Estreito/MA



Fonte: IBGE (2021); INPE (2022)

Nesse contexto, observa-se que o PAC direcionou investimentos significativos no setor elétrico, cujo objetivo era aumentar a capacidade de geração de energia em 12.386 MW até 2010. Entre os principais projetos incluídos nessa meta estava a UHE Estreito.

Portanto, pode-se perceber que a UHE Estreito surgiu como um reflexo direto da contínua busca pelo crescimento econômico, sendo mais do que um simples “paredão” de concreto. A usina é resultado da combinação de políticas governamentais, investimentos estratégicos e planos de longo prazo, iniciados no II PND e consolidados no PAC. Além disso, a dependência do capital estrangeiro e a colaboração entre entidades públicas e privadas também desempenharam um papel crucial na viabilização deste projeto de infraestrutura energética. Entretanto, apesar dos benefícios econômicos esperados, a construção da barragem também gerou efeitos adversos para as comunidades locais.

Conforme Machado (2020), a instalação da UHE Estreito trouxe diversos impactos negativos, especialmente a realocação compulsória de famílias, que tiveram que abandonar suas casas e terras devido a criação do reservatório. Esse deslocamento forçado provocou consequências emocionais e culturais, pois muitas famílias tiveram que reconstruir suas vidas em locais desconhecidos, enfrentando dificuldades de adaptação sem o suporte adequado. Além disso, a perda de terras férteis e de meios de subsistência afetou os agricultores e pescadores que dependiam desses recursos. A inundação do reservatório comprometeu a produção agrícola e a segurança alimentar dos agricultores, enquanto a alteração dos ecossistemas reduziu a população de peixes, prejudicando os pescadores locais. No aspecto ambiental, a UHE Estreito resultou na degradação de habitats naturais, afetando a fauna e flora, contribuindo para a perda de biodiversidade e o desequilíbrio ecológico regional. Esses impactos ressaltam os desafios que grandes projetos de infraestrutura trazem para o equilíbrio socioeconômico e ambiental nas regiões afetadas.

Em decorrência desse processo, a expulsão desses grupos sociais das suas antigas moradias é uma consequência da lógica espacial do capital, impulsionada pelos atores do setor hidroenergético. O “recomeço” desses indivíduos está diretamente relacionado aos interesses das grandes corporações. Os ressarcimentos oferecidos são insuficientes para compensar os danos causados pelas corporações, que acabam se aproveitando da riqueza das comunidades tradicionais. As companhias hegemônicas operam sob a hipótese de que estão se expandindo para “espaços vazios”, e com o apoio do Estado e da superestrutura jurídico-política, conseguem atribuir um valor insignificante aos recursos que estão nos territórios das populações afetadas (Costa & Lira, 2020).

Além disso, segundo a pesquisa de Costa e Lira (2020), apesar de estarem em novas condições de vida, os camponeses não conseguem esquecer a ilha que habitavam anteriormente. Ela simbolizava o espaço geográfico moldado ao longo de gerações, um território usado de forma tradicional e um emblema incondicional daquela comunidade. No assentamento Mirindiba, foco do presente estudo, o impacto foi imediato: os camponeses se depararam com uma realidade devastadora. Nada era como antes, o que gerou uma sensação de insegurança, já que o novo território precisava ser compreendido.

Saskia Sassen e as dinâmicas de expulsão: um enfoque teórico

A obra de Saskia Sassen apresenta o conceito de “expulsões” como uma forma de analisar a marginalização e exclusão de indivíduos, comunidades e ecossistemas nas dinâmicas do capitalismo contemporâneo. Sassen afirma que “o sistema econômico globalizado tem estimulado uma economia de expulsão, onde populações inteiras são consideradas redundantes ou ‘dispensáveis’” (Sassen, 2016, p. 12). A presente abordagem teórica permite compreender como, no neoliberalismo avançado, o mercado prioriza o lucro em detrimento das necessidades sociais, expropriando e desapropriando grupos que não atendem às exigências de produtividade e rentabilidade.

A teoria de Sassen sustenta que, no capitalismo contemporâneo, há uma mudança nos modos de expropriação e desapropriação, que se intensificaram nos últimos anos. Esses processos geram uma economia de expulsão, onde os indivíduos e grupos que não atendem às necessidades produtivas e lucrativas do mercado global são empurrados para fora de suas terras, moradias e até de suas condições de subsistência. Ela sustenta que essas dinâmicas não são meros eventos externos, mas partem de uma lógica estrutural na qual os direitos e a dignidade humana estão submetidos a interesses econômicos (Sassen, 2016).

Em projetos de infraestrutura, como a construção de barragens, rodovias e áreas de mineração, as dinâmicas de expulsão descritas por Sassen (2016) se tornam especialmente evidentes. Muitas vezes, comunidades tradicionais são deslocadas de forma forçada, como é o caso do reassentamento Mirindiba, para dar lugar a empreendimentos que visam maximizar o crescimento econômico, mesmo que isso represente a destruição dos modos de vida e das culturas locais. Sassen (2016) ainda afirma que essas comunidades são frequentemente percebidas como “redundantes”, seguindo uma lógica de “seleção selvagem”, onde apenas os

elementos que atendem às demandas de rentabilidade e produtividade têm o direito à permanência.

Dessa forma, a teoria de Sassen a respeito das expulsões revela como o capitalismo moderno organiza uma posição de pertencimento e exclusão. A autora analisa essas práticas não apenas como formas de violência econômica, mas como mecanismos de controle que tendem a perpetuar as desigualdades globais e aumentar as vulnerabilidades.

Reassentamento Mirindiba: aplicando a teoria das expulsões

O livro “Expulsões: brutalidade e complexidade na economia mundial” aborda diferentes tipos de expulsões, que em conjunto, configuram um processo de seleção selvagem. Frequentemente, descrevemos as capacidades organizacionais complexas do nosso mundo como geradoras de sociedades cada vez mais sofisticadas, considerando isso um progresso positivo. No entanto, esse desenvolvimento muitas vezes é benéfico apenas de maneira parcial ou por um curto período (Sassen, 2016).

Conforme apontado por Sassen (2016), o conceito de “seleção selvagem” refere-se ao processo de marginalização e exclusão de determinados grupos e territórios como parte das dinâmicas globais do capitalismo neoliberal. Esse sistema opera de maneira semelhante à “seleção natural”, eliminando aqueles que não se ajustam às demandas do mercado global e empurrando-os para condições de extrema vulnerabilidade. Assim, populações consideradas “dispensáveis” são frequentemente deslocadas e desamparadas, especialmente em projetos de grande escala que priorizam o crescimento econômico em detrimento de seus direitos.

Sassen (2016) descreve os processos de expulsão que ocorrem em escala global, destacando as consequências devastadoras para as populações afetadas:

As expulsões não são simplesmente deslocamentos físicos de populações de seus locais de origem. Elas são acompanhadas por um dismantelamento das infraestruturas sociais e econômicas que suportam essas populações, resultando em uma marginalização contínua e uma maior vulnerabilidade. Esse processo ocorre tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, reforçando as desigualdades globais e criando uma nova classe de expulsos e marginalizados (Sassen, 2016, p. 45).

A ideia de “seleção selvagem” refere-se ao fato de que essas expulsões não são neutras, mas sim processos seletivos que favorecem alguns em detrimento de muitos outros. Embora possamos enxergar o progresso tecnológico e organizacional como positivo, Sassen alerta que esses avanços muitas vezes beneficiam apenas uma parcela da sociedade, e por um período limitado, enquanto outros são excluídos ou prejudicados.

No contexto da modernidade, tendemos a enxergar o aumento da complexidade organizacional e social como algo inerentemente positivo, uma evidência de progresso e desenvolvimento. Isso é exemplificado pelo avanço das tecnologias, economias e infraestruturas que possibilitam a criação de sociedades cada vez mais complexas (Sassen, 2016).

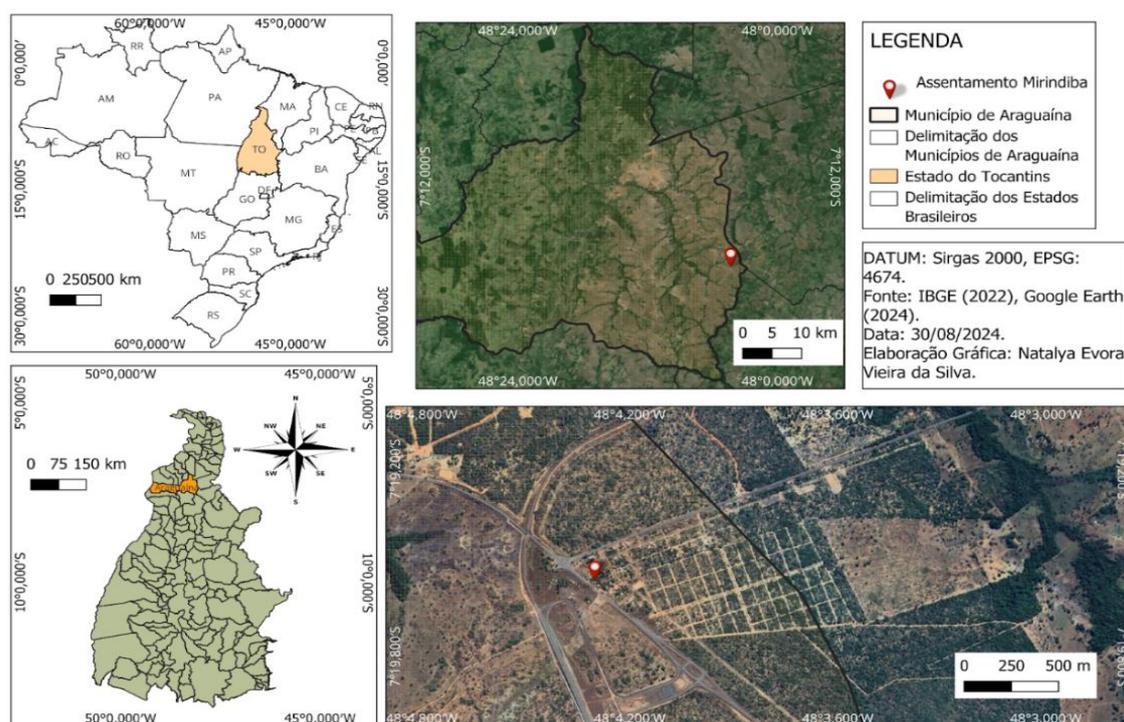
Contudo, Sassen (2016) argumenta que esse progresso não é uniformemente benéfico. Em muitos casos, ele traz consigo consequências negativas, como as expulsões mencionadas. Essas implicações podem não ser imediatamente visíveis ou podem ser percebidas como benefícios apenas para um grupo específico, enquanto outros são prejudicados. O “desenvolvimento positivo” pode ser apenas parcial, favorecendo alguns enquanto exclui muitos, ou pode ter um efeito positivo que se mostra insustentável ao longo do tempo.

A autora, assim, questiona a visão otimista de progresso ao argumentar que embora nossas sociedades contemporâneas tenham alcançado altos níveis de complexidade e de sofisticação isso não representa necessariamente um avanço inclusivo e benéfico para todos. Em vez desse ideal de melhoria coletiva, tal progresso carrega ocultamente uma brutalidade oculta à primeira vista, mas que está ali expulsando, marginalizando e prejudicando grande parte da população mundial.

Essa brutalidade manifesta-se por meio de exclusões econômicas, deixando pouco ou nenhum acesso a recursos, e ainda, gerando o deslocamento de comunidades inteiras que são deixadas às margens, vivendo ou sobrevivendo as repercussões negativas de um sistema que, teoricamente, deveria fomentar a igualdade e o bem estar, mas que na realidade, atende principalmente aos interesses de segmentos mais favorecidos da sociedade; e isto não foi diferente no processo da criação do reassentamento Mirindiba.

Adiante, inserimos o mapa de localização geográfica do reassentamento Mirindiba, representado em escala municipal, estadual e federal. Para todos os fins, o assentamento Mirindiba (Figura 2) está localizado em área rural, tratando-se originalmente de uma fazenda latifundiária. A entrada para Araguaína está localizada na BR-153, na altura do km 164. Localizado a cerca de 30 km da rodovia, onde o reassentamento também está situado. O centro da cidade de Araguaína é o centro econômico da região.

Figura 2- Localização geográfica do reassentamento Mirindiba



Fonte: IBGE (2024); Google Earth (2024)

A fazenda Mirindiba, assim como muitas outras na região, reflete a estrutura fundiária do país. Nesse caso específico, a principal atividade desenvolvida era a pecuária extensiva, com criação de bovinos em uma vasta área de latifúndio, baseada em pastagens artificiais. Após ser adquirida pelo consórcio, a fazenda passou por um processo de aragem do solo, o que resultou no soterramento do capim que compunham a vegetação. Segundo os camponeses, esse foi um fator crucial para o baixo nível de produtividade. A baixa produtividade do solo tem levado os camponeses a depender mais intensamente do mercado. Um produto como o arroz, antes produzido em excesso na ilha, agora é praticamente inexistente nas lavouras de Mirindiba (Costa & Lira, 2020).

Após a remoção compulsória devido ao enchimento do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito, as famílias ribeirinhas da Ilha de São José, no Tocantins, tiveram que ressignificar seus modos de vida tradicionais no assentamento Mirindiba. Essas modificações envolveram tanto o abandono de atividades como pesca e cultivo nas planícies, que dependiam das cheias do rio, quanto a confrontação com uma nova área, caracterizada por solos secos e agricultura orientada pelo mercado. O processo de desterritorialização foi acompanhado pela tentativa de reconstruir sua identidade cultural por meio de práticas e símbolos antigos, como o uso de objetos pessoais e a manutenção de trajes (Brito & Silva, 2021).

Segundo a pesquisa de Brito e Silva (2021), a chegada da hidrelétrica e a consequente remoção das comunidades ribeirinhas do Tocantins, representam um processo de desestruturação de áreas tradicionais, onde as tradições e saberes locais foram substituídos por interesses capitalistas ligados à geração de energia. O conceito de "expulsões" de Saskia Sassen (2016) está presente nesta situação, em que grandes empreendimentos promovem o desmantelamento das redes de subsistência e sociabilidade de populações vulneráveis, transformando-as em "excedentes" ou grupos deslocados pela lógica de desenvolvimento econômico.

Os habitantes de Mirindiba adotaram tradições e objetos simbólicos que remetem ao seu passado ribeirinho, tais como tábuas de lavar roupa e redes de pesca. Essas ressignificações dos objetos mostram uma resistência ao processo de desterritorialização e expulsão, pois permitem que a comunidade, mesmo distante do rio, mantenha uma ligação afetiva com suas origens e práticas culturais, mesmo em um ambiente que não oferece as mesmas condições naturais (Brito & Silva, 2021).

A desapropriação compulsória dos moradores da Ilha de São José, no Tocantins, e a mudança para o reassentamento Mirindiba, devido à construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, causou uma série de consequências para essas comunidades, que vão além da perda física do território. De acordo com a teoria das "expulsões" de Saskia Sassen, os grandes projetos de infraestrutura, muitas vezes, refletem uma lógica de marginalização, na qual comunidades tradicionais são forçadas a abandonar suas terras em prol de interesses econômicos que as colocam em uma situação de maior vulnerabilidade (Sassen, 2016).

No contexto do reassentamento Mirindiba, a desarticulação das redes sociais, culturais e econômicas que sustentavam essas comunidades, revela os efeitos estruturais do deslocamento. De acordo com estudos anteriores, a maioria dos moradores reassentados vivia de atividades tradicionais, como a pesca e a agricultura de subsistência, que dependiam da proximidade do rio e das particularidades do ecossistema local (Costa & Lira, 2020). Ao serem removidos de seus territórios, esses assentamentos enfrentam a ruptura de suas redes produtivas e sociais, sendo forçados a reconstruir suas vidas em um ambiente que, para muitos, é inadequado para as práticas agrícolas a que estavam habituados.

Conforme Fernandes (2019), esses procedimentos de deslocamento frequentemente refletem uma lógica em que o progresso econômico visa aprimorar os custos da segurança e da continuidade cultural das comunidades afetadas. Essa dinâmica, descrita por Sassen (2016), pode ser considerada como uma "seleção selvagem", onde comunidades tradicionais

são empurradas para uma situação de maior vulnerabilidade ao perderem a base de subsistência construída por gerações.

Outro impacto importante do reassentamento de Mirindiba foi a exclusão das condições econômicas das famílias, que agora dependem do mercado para adquirir alimentos e produtos essenciais, que, anteriormente, eram produzidos no local. De acordo com Costa e Lira (2020), o solo da região apresenta baixa produtividade, o que limita a habilidade de cultivo e subsistência dos habitantes. A mudança de um modelo de produção independente para a dependência de mercados externos aumenta a vulnerabilidade econômica dessas famílias, evidenciando uma disparidade social.

Essa situação é citada por Fernandes e Novaes (2008), ao observarem que as comunidades que são realocadas para áreas de baixa produtividade e sem infraestrutura adequada, enfrentam uma precarização das suas condições de vida. Esse processo, de acordo com Sassen (2016), é parte da dinâmica de expulsão, onde a implantação não apenas destrói os meios de subsistência, mas também impõe um novo modelo econômico no qual os reassentados são empurrados para a periferia econômica, com poucas chances de recuperar sua autonomia.

No novo assentamento, os ribeirinhos perderam o controle sobre a produção agrícola na ilha e passaram a depender de insumos externos e práticas de cultivo orientadas pelo mercado e pela supervisão estatal. Essa situação gerou uma sensação de insegurança e alienação, uma vez que o controle sobre atividades agrícolas e pecuárias antes realizadas de maneira independente foi regulamentado, o que reduziu a capacidade de autossuficiência dos reassentados e impôs uma lógica mercantil que desestabilizou ainda mais suas práticas econômicas e sociais originais (Brito & Silva, 2021).

O reassentamento em Mirindiba revela a situação de marginalização social enfrentada pelas famílias. Bergamasco (1997) aponta que a simples concessão de terras não é suficiente para assegurar as condições mínimas de sobrevivência. No caso de Mirindiba, a falta de infraestrutura básica e de apoio governamental adequado mantém o ciclo de pobreza, causando aos moradores novas dificuldades econômicas e sociais. Fernandes (2019) aponta que essas situações de reassentamento se tornam cada vez mais vulneráveis, perdendo direitos e oportunidades básicas.

A exclusão, descrita por Sassen (2016) como uma consequência estrutural da economia globalizada, não ocorre isoladamente; ela é parte de um processo maior de exclusão, no qual comunidades tradicionais são frequentemente negligenciadas em prol de

interesses corporativos e financeiros. Essa atitude, no Brasil, foi documentada por autores que observam o impacto desproporcional de grandes empreendimentos sobre a população local (Fernandes & Novaes, 2008).

Diante dessas constatações, a teoria das "expulsões" oferece uma perspectiva crítica para analisar os efeitos sociais e econômicos dos reassentamentos impostos no Brasil. De acordo com Fernandes (2019), é urgente que as políticas públicas garantam o direito das comunidades afetadas por grandes obras de infraestrutura, preservando suas redes sociais e econômicas, além de assegurar uma permanência digna em novos territórios. A experiência negativa do assentamento Mirindiba, como apontam os estudos de Costa e Lira (2020), demonstra que, sem esse apoio, o desenvolvimento econômico é conduzido à marginalização das populações mais vulneráveis, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão.

Assim, a utilização da teoria de Sassen no contexto local, social e econômico do reassentamento Mirindiba, demonstra a relevância de políticas públicas que levam em consideração a integridade da legislação local. Ao contrário de uma simples concessão de terras, é preciso um planejamento completo que permita uma adaptação econômica e social viável, evitando que o crescimento das infraestruturas do país aumente os custos das populações marginalizadas.

Considerações finais

O artigo conclui que o reassentamento Mirindiba exemplifica as dinâmicas de "expulsão" discutidas por Saskia Sassen, onde o deslocamento forçado dos moradores da Ilha de São José resultou na perda de terras, ruptura de laços comunitário, culturais e sociais, além de uma maior dependência econômica. Esse processo de marginalização se deu pela prioridade dos interesses corporativos e da infraestrutura energética em detrimento das necessidades das populações locais, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. Assim, o estudo indica que os efeitos do deslocamento forçado foram bastante negativos e agravaram as vulnerabilidades já existentes, tornando-se imprescindível a implementação de políticas públicas que protejam os direitos das populações afetadas em projetos futuros.

O objetivo principal foi alcançado ao demonstrar como o deslocamento forçado aumentou as vulnerabilidades existentes, o que resultou na desarticulação de redes comunitárias, maior dependência econômica e marginalização social das famílias, como destacado por Costa e Lira (2020). A análise indicou que a construção da UHE Estreito

priorizou interesses corporativos e energéticos em detrimento dos direitos das comunidades locais, perpetuando ciclos de exclusão e pobreza. Conforme Brito e Silva (2021), a ruptura das redes sociais e produtivas transformou comunidades ribeirinhas em comunidades dependentes de práticas agrícolas orientadas pelo mercado, resultando em uma sensação de incerteza e alienação cultural.

Na Ilha de São José, localizada em Babaçulândia/TO, mais de 70 famílias viviam antes de serem forçadas a deixar suas terras, que hoje estão completamente submersas pelo reservatório da usina hidrelétrica. Destas famílias, 18 formaram o assentamento Mirindiba, localizado em Araguaína (TO), cidade vizinha a Babaçulândia. Esse assentamento foi criado pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), responsável pela construção da hidrelétrica. No novo território, as famílias enfrentam inúmeras dificuldades, mas continuam a lutar para manter seu modo de vida (Costa & Lira, 2020).

Este estudo identificou as complexas dinâmicas de expulsão e marginalização que se desenvolveram no reassentamento Mirindiba com base na teoria dos “expulsos” de Saskia Sassen. Os resultados do estudo apontaram como a construção da UHE Estreito desencadeou um processo de deslocamento forçado que exacerbou as vulnerabilidades preexistentes entre os moradores da Ilha de São José. Pelos motivos apontados, a análise realizada neste trabalho indica que a realocação das famílias não se limitou a uma simples mudança de localidade, mas representou uma desarticulação das redes sociais, econômicas e culturais que mantinham essas comunidades.

Os dados coletados indicam que, com o estabelecimento do novo assentamento, as famílias perderam não apenas suas terras, mas também condições de vida; foram atingidas por dificuldades econômicas e acabaram com a fragmentação das relações comunitárias. Essas dificuldades, como Sassen descreveu, não decorrem de incidentes isolados, mas de um processo de exclusão e marginalização amplas, empurrando os deslocados cada vez mais para a periferia da sociedade, o que contribui para a pobreza e a vulnerabilidade em um ciclo contínuo.

A aplicação da teoria das expulsões neste contexto nos permite entender que esses processos não ocorrem em um vácuo, mas estão profundamente relacionados às políticas de desenvolvimento econômico que, muitas vezes, promovem os interesses corporativos e estatais em detrimento das comunidades locais. A experiência do reassentamento ilustra como grandes projetos de infraestrutura, por mais cruciais que sejam para o crescimento econômico,

ainda causam impacto social devastador aos indivíduos que são obrigados a pagar o preço desse desenvolvimento.

Em conclusão, esse estudo fornece subsídios para a compreensão das raízes sociais das remoções compulsórias e reforça a importância de políticas públicas que respeitem os direitos e a integridade das populações afetadas por tais empreendimentos. Ao lançar luz sobre as complexidades e brutalidades reveladas nesses processos, acredita-se que as pessoas e instituições responsáveis por futuras iniciativas de reassentamento terão a sensibilidade necessária para planejar e implementar tais programas, sem descaracterizar as dimensões, necessidades e vulnerabilidades dessas comunidades, evitando assim a perpetuação de locais de exclusão e marginalização.

A relevância desta pesquisa reside em sua contribuição para o aprofundamento das discussões sobre os impactos sociais, econômicos e culturais advindos de grandes empreendimentos de infraestrutura, como a construção de usinas hidrelétricas. Ao aplicar a teoria das expulsões de Saskia Sassen (2016) ao reassentamento Mirindiba, o estudo oferece uma perspectiva crítica sobre os processos de marginalização e exclusão enfrentados pelas populações deslocadas, ressaltando as complexas dinâmicas que envolvem esses eventos. A pesquisa enriquece a compreensão sobre os efeitos do deslocamento forçado em comunidades tradicionais, fornecendo subsídios para a elaboração de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis. No curso de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire/UFNT), o trabalho lida diretamente com temas centrais, como vulnerabilidade social e desenvolvimento territorial, o que reforça a relevância de alinhar estudos acadêmicos com demandas sociais concretas, especialmente no Tocantins, uma região bastante afetada por empreendimentos desse tipo.

Referências

Batista, J. C. (1987). A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. *Brazilian Journal of Political Economy*, 7(2), 228-244. <https://doi.org/10.1590/0101-31571987-2066>

Bergamasco, S. M. P. P. (1997). A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Estudos Avançados*, 11(31), 37-49.

Brito, E. P., & Silva, H. M. (2021). Resignificações da vida ribeirinha: das margens do rio Tocantins ao Assentamento Mirindiba em Araguaína – Tocantins – Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, 24(1), 35–55. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v24i1.8751>

Costa, D. P., & Lira, E. R. (2020). Da ilha de São José ao assentamento Mirindiba: a Geografia da luta camponesa a partir da implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito. *Geografia em Questão*, 13(5), 28-58. <https://doi.org/10.48075/geoq.v13i5.27156>

Fernandes, B. M., & Novaes, H. T. S. (2008). *A luta pela terra e os desafios da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp.

Fernandes, B. M. (2019). *A questão agrária brasileira: conflitos e impactos socioambientais dos grandes empreendimentos em territórios tradicionais*. Campinas: Editora da Unicamp.

Fonseca, P. C. D., & Monteiro, S. M. M. (2008). O Estado e suas razões: o II PND. *Revista de Economia Política*, 28(1), 28-46. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572008000100002>

Franca, A. G., & Campos, F. A. (2022). A Inegociável dependência externa no planejamento brasileiro: a atuação do capital internacional no Plano de Metas (1956-1961) e no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 3, 127-164. Recuperado de: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/797>

Jardim, M. C., & Silva, M. R. (2015). *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?*. São Paulo: Editora da UNESP. Recuperado de: <https://static.scielo.org/scielobooks/s5k33/pdf/jardim-9788579837432.pdf>

Machado, M. L. (2020). *A beira do rio é o nosso lugar: os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e a vida ribeirinha no acampamento coragem em Palmeiras do Tocantins (TO)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Tocantins, Araguaína. Recuperado de: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2462>

Manfredini, D. (2015). *Ensaio sobre o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Curitiba, Brasil. Recuperado de: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/38706>

Matos, P. O. (2002). *Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, São Paulo, Brasil. Recuperado de: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-08012003-10722/publico/patricia.pdf>

Pêgo, B., & Neto, C. A. S. C. (2008). O PAC e o Setor Elétrico: desafios para o abastecimento do mercado brasileiro (2007-2010). Brasília: IPEA. Recuperado de: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1475/1/TD_1329.pdf

Sassen, S. (2016). *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. São Paulo: Paz e Terra.

Silva, B. F. C. (2022). *A Guerra do Yom Kippur: uma análise do processo decisório do Alto Comando de Israel nas vésperas do conflito* (Dissertação de Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores). Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.mar.mil.br/bitstream/ripcmb/846226/1/CEMOS2022_COSTA.pdf

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

ⁱ Guerra do Yom Kippur, também conhecida como Guerra Árabe-Israelense de 1973, Guerra de Outubro, Guerra do Ramadã ou Quarta Guerra Árabe-Israelense, foi um conflito militar ocorrido de 6 de outubro a 26 de outubro de 1973, entre uma coalizão de estados árabes, liderada por Egito e Síria, contra Israel.

ⁱⁱ UHEs - Usinas Hidrelétricas; PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas; UTEs - Usinas Termelétricas.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 24/10/2023
Aprovado em: 09/10/2024
Publicado em: 12/12/2024

Received on October 10th, 2023
Accepted on October 09th, 2024
Published on December, 12th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Esta pesquisa foi realizada com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

Funding

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) and Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Reis, G. C., Soares, J. A. G., & Nascimento, L. A. (2024). As dinâmicas de expulsão no Reassentamento Mirindiba (Araguaína/TO): um estudo sobre o deslocamento forçado à luz de Saskia Sassen. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e18826.

ABNT

REIS, G. C.; SOARES, J. A. G.; NASCIMENTO, L. A. As dinâmicas de expulsão no Reassentamento Mirindiba (Araguaína/TO): um estudo sobre o deslocamento forçado à luz de Saskia Sassen. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e18826, 2024.